

Queda na receita leva Estado a pagar restante do 13º salário até dezembro



Indústria do PIM teve recuo de 26%

Apesar dos discretos sinais de retomada da economia nacional, o Amazonas segue sentindo os impactos do cenário adverso na arrecadação própria, com indicadores inclusive piores que os nacionais. Por conta da queda da arrecadação, que ultrapassa R\$ 1 bilhão (R\$ 1,010 bilhão) de janeiro a julho deste ano na comparação com igual período do ano passado, o Governo do Amazonas adiou para até dezembro, prazo limite legal, o pagamento dos 70% restantes do benefício. Trinta por cento do 13º foram antecipados em julho.

Como explica o secretário de Estado da Fazenda, Afonso Lobo Moraes, os impactos da retração econômica nacional têm sido maiores no Amazonas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), enquanto a produção industrial no País teve queda de 9,1% no primeiro semestre deste ano, na comparação com igual período de 2015, esse mesmo indicador no Amazonas foi -16,8%.

“E essa mesma realidade se repete nos demais setores: queda de 7% no volume de vendas do comércio nacional contra queda de 12,6% no setor local; queda de 4,9% na atividade do setor de serviços no País

DESTAQUE VITRINE

Postado em 04/10/2016

e retração de 15,2% no Estado”, compara o Secretário da Fazenda. Na prática, a desaceleração econômica resultou em uma perda de R\$1,010 bilhão aos cofres do Estado em receita tributária e também em contribuições, que financiam fundos de desenvolvimento e o funcionamento da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

A análise da arrecadação feita pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz-AM) mostra que com a crise econômica, a arrecadação do ICMS em valores reais, foi 15,35% menor de janeiro a julho deste ano na comparação com igual período de 2015. Foram arrecadados R\$ 4,8 bilhões nos sete primeiros meses do ano passado contra R\$ 4 bilhões no mesmo período deste ano. O recolhimento do ICMS junto à indústria foi 17,46% menor nesse mesmo período (R\$ 2,170 bilhão em 2015 contra R\$ 1,791 bilhão em 2016).

Todos os demais impostos também tiveram redução, assim como as contribuições feitas pela indústria: -26,98% do ITCMD (imposto sobre heranças e doações); - 37,5% do FTI (Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviços e Interiorização do Desenvolvimento); -27,04% do fundo destinado à UEA; e -9,32% do FMPES (Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social).

As causas de tamanha queda nas receitas, ressalta o secretário Afonso Lobo, é a retração da economia nacional, com forte impacto no modelo de desenvolvimento econômico estadual, baseado sobretudo no polo industrial da Zona Franca de Manaus. “Como temos ressaltado, por não produzirmos produtos essenciais, a desaceleração na Zona Franca, com conseqüente queda no recolhimento de impostos também nos demais setores, que giram em torno da atividade industrial, é mais acentuada”, analisa o Secretário.

Ações que amenizam a crise financeira

Afonso Lobo pondera que se não fossem as ações de ajustes fiscais adotadas pelo Governo do Amazonas, a situação seria ainda pior. Por intermédio de reformas administrativas, o Estado reduziu gastos com o funcionamento de órgãos e secretarias, cortou cerca de mil cargos comissionados, além de renegociar valores de contratos de prestação de serviços, entre outras medidas.

Além disso, acrescenta o Secretário, o combate à sonegação fiscal, o estímulo à exigência da nota fiscal pela Campanha Nota Fiscal Amazonense e ações articuladas com a Procuradoria Geral do Estado (PGE) também contribuíram para amenizar as perdas de receita própria. Em julho, o Estado conseguiu ter acesso a R\$ 350 milhões em depósitos judiciais do ICMS, oriundos de ações fiscais que estão sendo discutidas na Justiça. Existe ainda a expectativa de que outros recursos possam ser resgatados até o final deste ano por esse mesmo caminho.

FONTE: ASCOM/SEFAZ